

Título: Luta armada, revolução e revisionismo historiográfico e político

Carla Luciana Silva- UNIOESTE

Mesa 3. Marxismo e revoluções: teoria e história

RESUMO:

Estudo da noção de Revolução para o grupo de luta armada VPR – Vanguarda Popular Revolucionária a partir de 1967. Discussão sobre as concepções teóricas que informavam a ideia de Revolução e os conflitos reais em torno da experiência do grupo em suas ações. Discussão sobre as visões que a historiografia, que reproduzem o princípio militar da “Guerra Revolucionária” para qualificar aqueles militantes como autoritários e aventureiros.

Palavras chave: luta armada, revolução, VPR

RESUMEN

El trabajo estudia la concepción de Revolución segundo el grupo de lucha armada VPR – Vanguardia Popular Revolucionaria, desde el año 1967. Se va a discutir las concepciones teóricas en sus propias acciones. Discutir también las construcciones historiográficas, las cuales reproducen el principio de los militares que hablaban en “Guerra Revolucionaria” para calificar aquellos militantes como se fueran autoritarios e aventureros.

Palabras llave:

Lucha armada, revolución, VPR

ABSTRACT

The present report deals with the Revolution theorys of the armed struggle VPR – Revolutionary Vanguard Popular, since 1967. We discuss the theoretical approach through their own actions. Also discuss the historiographic interpretations wich reproduces the principle of Revolutionary War of the military forces when they spoke of the militants as if they were authoritarian and adventurous

Keywords:

Armed struggle, revolution, VPR

1. O objeto VPR

O objeto deste estudo é a Vanguarda Popular Revolucionária – VPR, grupo de ação armada que atuou no Brasil a partir de 1967. A partir de 1968 vários membros do grupo passariam à vida clandestina, circulando entre Chile, Argentina, Argélia e Cuba, o que se intensifica em 1970. Essa vida clandestina é tema da investigação que realizamos, buscando perceber nesses militantes alguns elementos que fundamentavam sua luta. AVPR, Grupo comumente identificado com o militarismo, chegou a ser comandado por uma mulher (Maria do Carmo Brito), teve outras mulheres na linha de frente e teve militantes homossexuais em posição de destaque. Esses elementos destoam da visão geral que se produziu sobre o grupo e sobre a militância de resistência.

O tema de fundo teórico que buscamos abordar é o papel da Revolução para este grupo, suas distintas posições relacionadas, os embates e conflitos internos no grupo sobre a Revolução que todos acreditavam estar construindo, segundo a versão que predomina sobre esse passado.

O conhecimento que se tem sobre as formas de resistência e luta armada no Brasil ainda estão aquém da necessidade histórica. A partir disso, busco perceber questões como: a relação entre teoria e prática; a relação entre ação de massas x foquismo; as motivações para a continuidade da luta; o binômio resistência x revolução.

Esse estudo que se utiliza de depoimentos, trabalhos anteriores e também vasta documentação preservada pela repressão. Centra-se nos militantes que buscaram a volta ao Brasil nas condições mais adversas possíveis, sendo o caso da Chacina do Parque Nacional – em 1974- a grande referência. Os seis militantes mortos eram de alguma forma identificados com a VPR: Joel Carvalho, Daniel Carvalho, Vitor Ramos, José Lavechia e o jovem argentino, Enrique Ernesto Ruggia, além do líder e fundador da VPR, Onofre Pinto. Por que militantes de vasta experiência aceitaram se expor e colocar em tais condições? Sua atuação encontra vínculo com a de outros remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário na vida clandestina e na forma como foram assassinados. A documentação utilizada provém do Serviço Nacional de Informação, CENIMAR, CIEEX, Ministério das Relações Exteriores do Brasil no Chile, Arquivo do Terror de Assunção.

2. O caráter da luta: visões de referência

As ações de “luta armada” começaram em 1969 e já em 1970 a repressão foi ferrenha e organizada contra os militantes. Antes de mais nada é preciso definir que a “luta armada” não pode ser confundida com guerrilha, foquismo ou ações terroristas. Entendemos por luta armada ações de sobrevivência e algumas de resistência que se utilizavam de armamentos, tais como: assaltos a banco ou outras fontes de dinheiro, resistência a prisão, entre outras. Foram muito poucas as ações que tinham caráter de propaganda ou agitação que tivessem se imposto por meio das armas. Ainda assim, a historiografia parece consagrar a expressão “luta armada” para expressar esses grupos.

Percebemos na VPR claramente que até 1968 sua ação buscava uma inserção de massas junto a setores da classe operária (greves de Osasco). Com o Ato Institucional 5, a opção por seguir a luta se restringiu aos militantes que tinham disponibilidade para tanto, os que podiam “subir a montanha”, como relatam em suas memórias. Ou seja, os que, não tendo família para sustentar, podiam seguir o exemplo cubano de Sierra Mestra.

Expropriações, discussões teóricas e a própria manutenção do grupo eram o eixo de líderes que pensavam e planejavam ir além. Em um contexto defensivo novos tipos de ações seriam retomadas para impedir a tortura e mortes dos presos políticos, seria a tática dos sequestros, que salvou a vida de muitos militantes. Mas essas ações não teriam ocorrido sem as expropriações necessárias para o levantamento de dinheiro necessário para a luta, luta esta que era absolutamente restrita aos desígnios de vidas que se tornavam cada vez mais clandestinas. Portanto, havia uma complementariedade que enquanto existiram conseguiram agir no sentido de proteger a vida clandestina e salvar, na medida do possível, militantes que estavam presos e sendo torturados. No caso dos sequestros são aproximadamente 113 pessoas libertadas através dessas ações. Mas, as consequências para os sequestradores demais membros dos grupos foram atroz repressão.

Portanto, o que se ressalta é o caráter defensivo da ação que estamos analisando. Ação armada, mas que não se constituiu como uma “luta armada”, já que não avançou no sentido de avanço de posições como se suporia em uma guerrilha mesmo que urbana. O uso de armas em ação se deu em atos de expropriações ou assaltos, embora haja pelo menos um caso de ação terrorista, quando foi morto o oficial do exército estadunidense Charles Chandler, supostamente um desagravo pela posição dos EUA no Vietnã. Um ato com fundamento político e totalmente desnecessário à defesa do grupo. Armas também foram usadas nos sequestros de diplomatas, e eram uma forma constante e permanente de segurança dos militantes.

As ações armadas se estendiam a assaltos a bancos (e outros lugares possíveis) para a obtenção de recursos financeiros ou armamentos. Os sequestros marcariam um fator importante, a liberdade de militantes mediante o seu banimento do território nacional. A VPR teria entre seus membros vários que ao invés de retomarem suas vidas de exílio iriam, a partir de distintas experiências fora do país, tentar retornar ao Brasil, ainda durante a ditadura, acreditando poder retornar à luta e salvar os companheiros que haviam se sacrificado por eles. Esse é um aspecto peculiar de sua história. Mas a organização se notabilizou também por outro tipo de atividades, muito pouco conhecidas, as tentativas de construção de focos rurais de ação, buscando alcançar a inserção rural no interior do Brasil, ainda que efetivamente muito longe de qualquer foco guerrilheiro e nesses espaços foi menos provável ainda o uso de armas para ações de ataque. A disparidade entre campo e cidade parece ter sido um dos elementos que levou a maior fragilidade das organizações, facilitando táticas de infiltração e debelamento da VPR. Complexas relações, uma história que ainda não se conhece por completo.

A vida clandestina que estudamos se refere, via de regra, ao período após a expulsão (banimento) de membros da VPR do país a partir do resultado dos sequestros. Mas vários outros já haviam se deslocado em tentativas de receber treinamento militar, seja em Cuba, Argélia ou Coreia do Norte. A destruição do grupo internamente, a partir de ação de inteligência da repressão também era realidade.

O aperfeiçoamento das técnicas de repressão era óbvio, gestava-se o que viria ser a grande Operação Condor, com colaboração internacional de repressão e assassinatos. O governo militar levava adiante uma máquina sanguinária que se apoiava em elementos de inteligência militar para dar cabo a todas as formas de resistência. Segundo Abreu, “por outro lado, o enfraquecimento desses grupos facilitou a infiltração de agentes policiais entre as organizações revolucionárias”. E seria pela figura de um grande traidor, um infiltrado no movimento que ficou conhecido em todas as organizações clandestinas como símbolo do traidor, o Cabo Anselmo, que a VPR caminharia para seu fim. Mas, o que buscamos mostrar sistematicamente é que Anselmo não estava sozinho no trabalho de traição, infiltração e trocas de favores com a repressão.

Anselmo, que havia sido líder dos Marinheiros e Fuzileiros Navais que davam sustentação a João Goulart pré-golpe, teve uma vasta formação militante, chegando a receber treinamento em Cuba. Ali teria ocorrido o mais importante encontro, com os líderes da VPR: “Ele permaneceu em Cuba para receber treinamento de guerrilha e aí se ligou a Aluísio Palhano, ao ex-sargento Onofre Pinto (um dos dirigentes do MNR), a

Edson Quaresma e Evaldo Luís Ferreira de Sousa. Todo esse grupo voltou ao Brasil em 1970 para integrar a VPR. Alguns meses depois, Anselmo assumiu a direção regional da VPR em São Paulo.” (VPR, Verbetes do Dicionário Bio-Bibliográfico) O verbete reproduz de forma linear e sem questionamentos essa versão. Fica um campo obscuro de difícil compreensão: a ascensão de um líder, mas o que constituía o grupo liderado? Da mesma forma, as figuras de Onofre Pinto e de Lamarca aparecem como espectros, não se consegue visualizar o que representam. Em todo caso, a tese que se reproduz é que

Em 1971 o capitão Lamarca rompeu com a VPR, pois passara a negar a teoria do “foco” revolucionário, aderindo à concepção de guerra popular prolongada, o que o levou a se aproximar a partir de março do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). O afastamento de Lamarca da VPR se ligava também às críticas que vinha sofrendo dentro da organização, que o acusava de “personalista”, atitude não condizente com a de um militante guerrilheiro.¹

Nos parece que essas afirmações carecem de aprofundamento, de discussões, de questionamentos. Compreender as formas da luta e resistência à ditadura precisa nos levar a complexificar as questões, buscando visualizar uma correlação de sujeitos e problemas que nos permitam ver além da versão de uma história feita por sujeitos heroicizados. Para chegarmos na questão do caráter da revolução brasileira, ou do que quer que constituísse a unidade desse grupo de ação, reflexão e transformação, precisamos ir muito além. Abreu encerra seu verbete com esta informação: “A VPR praticamente desapareceu após 1973”. Aqui, definitivamente, começa nosso problema de pesquisa, o alegado desaparecimento da VPR. Certo está que ela deixa de existir enquanto uma organização idealizada, centralizada, controlada. Mas isso teria feito com ela deixasse de fazer sentido? Que tenha deixado de existir? Não é o que a documentação nos aponta.

É instigante verificarmos na sequência a definição da VPR presente na Wikipedia, já que a mesma é um instrumento bastante procurado para definições rápidas e pouco problematizadoras, e apresenta uma visão para o senso comum sobre o tema. Segundo a Enciclopédia Livre:

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) foi um Grupo de luta armada brasileira de extrema esquerda que lutou contra o regime militar de 1964 no Brasil, visando à instauração de um governo de cunho socialista no país. Formou-se em 1966 a partir da união dos dissidentes da organização Política Operária (POLOP) com militares remanescentes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

¹ ABREU, Alzira, Verbetes VPR. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/vanguarda-popular-revolucionaria-vpr>

O que queremos destacar é a informação preciosa de que além de ter lutado contra o regime militar, ou seja, ser um movimento defensivo, a VPR “visava a instauração de um governo de cunho socialista no país”. Essa expressão nos colocará inúmeras dificuldades e não pode de nenhuma forma ser tomada como um dado apriorístico, embora o seja com frequência. Qual a origem disso? Relatos de ex-militantes? Documentos apreendidos pela repressão? Relatórios da “guerra Revolucionária”? Este será um ponto fulcral para discutirmos com a bibliografia sobre o tema.

Ainda segundo a Wikipedia, a organização teria se constituído em São Paulo e em um outro local inadequado não referido.

Em 1970 começou a organizar um campo de treinamento de guerrilheiros no Vale do Ribeira, estado de São Paulo. A segunda área utilizada com este propósito (a primeira foi abandonada por inadequação) acabou sendo descoberta pelo DOI-Codi/RJ, seguindo-se uma caçada que mobilizou cerca de cinco mil militares.²

Mobilizando “milhares de soldados em sua caça, o movimento estaria acuado”, E, por fim, “A VPR optou pela auto-dissolução em 1971, após a morte de José Raimundo da Costa, último comandante da VPR, cuja localização foi indicada por Cabo Anselmo, um agente do DOPS infiltrado”. Não sabemos muito mais através desse verbete, mas ele coloca algumas indagações novas: como os militares buscavam e encontravam as informações sobre o grupo? O que eles imaginavam que o grupo estava fazendo que representava tanto perigo? Na Wikipedia, uma certeza persiste: “Além de resistir radicalmente a ditadura militar, os grupos guerrilheiros, entre os quais a VPR, tinham como objetivo a instalação de um regime revolucionário socialista, seguindo os moldes marxistas-leninistas adaptados ao Brasil”.

A afirmação da enciclopédia se funda na interpretação do jornalista Elio Gaspari sobre o fracasso da luta armada, a qual não cabe discutir nesse momento. Mas reitera-se que a grande imprensa está articulada, compondo interpretações e dando linha para uma história que aparece muitas vezes aos historiadores de forma reificada e nada problematizada. A citação explicita a posição do jornalista que, como autor do livro, se julga no direito de dizer como pensava a esquerda, no trecho citado pela Wikipedia:

A luta armada fracassou porque o objetivo final das organizações que a promoveram era transformar o Brasil numa ditadura, talvez socialista, certamente revolucionária. Seu projeto não passava pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Como informou o PCBR: "Ao lutarmos contra a ditadura devemos colocar como o

² https://pt.wikipedia.org/wiki/Vanguarda_Popular_Revolucion%C3%A1ria

objetivo a conquista de um Governo Popular Revolucionário e não a chamada redemocratização".

Para reafirmar tais proposições, citam-se documentos reunidos em obra já bastante conhecida:

Documentos de dez organizações armadas, coletados por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, mostram que quatro propunham a substituição da ditadura militar por um "governo popular revolucionário" (PC do B, Colina, PCBR e ALN). Outras quatro (Ala Vermelha, PCB, VAR e Polop) usavam sinônimos ou demarcavam etapas para chegar àquilo que, em última instância, seria uma ditadura da vanguarda revolucionária. Variavam nas proposições intermediárias, mas, no final, seu projeto resultaria num "Cubão".

Dentre as muitas dúvidas que essa visão nos coloca, uma se destaca: por que historiadores não percebem que essa história está sendo construída de forma a repetir algumas ideias chave propaladas pelos próprios militares, sem problematizá-las? Onde fica a crítica profunda à fonte que nos obriga a distanciar aquilo que está escrito daquilo que de fato era realizado pelos grupos e organizações? Escrever a favor de uma revolução faz desses militantes revolucionários de fato? Nesse sentido, concordamos com a proposta do historiador Eurelino Coelho quando ele vê "dois golpes" em curso:

O argumento desdobrado a seguir parte de hipótese de que há um golpe historiográfico em curso, cujos movimentos tentarei descrever. São, afinal, dois golpes. O de 1964, histórico, foi deflagrado quando Mourão Filho movimentou suas tropas em direção ao Rio de Janeiro, com as consequências que todos conhecemos. Este golpe pertence ao passado, produziu efeitos devastadores e de longa duração (nem todos, infelizmente, superados), mas foi finalmente derrotado junto com a ditadura nas cidades seu ventre. O outro, historiográfico, está em andamento no presente e seu alvo imediato são certas memórias e maneiras de ver o passado que ele trata de proscrever e substituir. Manejando imagens do passado de modo a que apareçam comum peso que "oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos", esses golpistas historiadores e cientistas sociais têm dado sua contribuição própria à sedimentação de modos de ver e de dar sentido a dilemas do presente. Tornaram-se eficazes funcionários de uma hegemonia cada vez mais espessa.³

Ou seja, a reescrita da história que vem sendo promovida em muito contribui para consolidar visões de um passado que não são problematizadas e que pouco avançam sobre as fontes e questões. O julgamento da luta armada, a definição do caráter autoritário ou

³ Coelho, Eurelino. Dois Golpes, duas ditaduras, História Revista.Goiânia,v.20,n.1,p.120141,jan./abr.2015

“romântico” daqueles militantes passa a desqualificar a necessidade de emprendermos estudos mais aprofundados sobre ele. Assim, as mesmas fontes são sempre citadas, e ficamos sempre dentro de um âmbito restrito de questões.

A definição presente na obra *Brasil Nunca Mais*, publicada ainda em 1986, é fruto de um árduo trabalho político de reconstituição deste período da história brasileira. Neste importante relatório, que cita documentos que atualmente estão disponibilizados no projeto Brasil Nunca Mais Digital, encontramos informações mais apuradas sobre o envolvimento dos militantes da organização com a resistência à Ditadura. Destaca-se o fato de que seus militantes se mobilizaram entre distintas organizações, na medida em que as mudanças iam sendo construídas, com o claro objetivo de manter uma centralização da ação, sempre na medida do possível daquele quadro de repressão, clandestinidade, torturas e prisões. Por exemplo, “em julho de 1969 a VPR deixou de existir por alguns meses, uma vez que seus integrantes se juntaram ao COLINA para construir a VAR Palmares”. Mas, ainda no mesmo evento recompõe-se a VPR em torno de Lamarca (fato conhecido como “o racha”). Algo havia em parte importante desses militantes que os fazia seguir uma linha de ação, acreditar em uma organização e seguir suas regras. Segundo o projeto Brasil Nunca Mais,

A linha política da VPR consistiu num meio termo entre as teses guevaristas da OLAS e as opiniões trazidas da POLOP, especialmente quanto à questão do ‘caráter socialista’ (e não ‘antiimperialista’) da luta revolucionária em que pretendiam se empenhar⁴.

Há, portanto, um viés de construção de um processo revolucionário, para além do combate ao inimigo externo. Seria esta uma demarcação de posição contra as posições do PCB, e também da ALN de Carlos Marighella? Mas ao mesmo tempo, se manteriam pontos de contato com os nacionalistas de alguma forma vinculados a Brizola, já que o MNR estava na origem da VPR. Esse dilema se veria em toda história da organização. Embora isso não seja ressaltado na literatura, a mobilidade de alguns militantes seria uma marca muito forte entre VPR, VAR-Palmares, MR8 e outros grupos. Acima de tudo estaria uma fidelidade a alguns ideais? Esse aspecto coloca em outro patamar a discussão, já que o comum é a ênfase no caráter –real- altamente infiltrado da organização. O BNM conclui que “quanto aos grupos que se lançaram à guerrilha urbana, verifica-se que a VPR foi abordada em 30 dos processos estudados, globalizando cerca de 500 cidadãos

⁴ Arquidiocese de São Paulo. *Brasil Nunca Mais*, 14^a ed. Petrópolis, Vozes,

envolvidos como réus ou apenas indiciados nos inquéritos”, isso apenas em São Paulo, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro.

Busquemos avançar então, com o seguinte problema: não se propõe aqui amenizar os objetivos dos militantes. Muito menos negar o caráter de luta e quiçá revolucionário que eles objetivavam. Os documentos podem apontar nesse sentido, inclusive, o que não nos exime de questionar as formas da produção dessa documentação, que muitas vezes provêm da repressão. Mas isso não equivale a atestar que eles estivessem, em alguma medida, fazendo “a revolução brasileira”. Mas, sim, deram passos fulcrais naquele momento histórico para resistir às tiranias da ditadura no Brasil. Foram muitas as formas de resistência, e aqui vamos abordar os problemas que envolviam nosso objeto, a VPR.

3. A REVOLUÇÃO: blá-blá-blá x bang bang

Antes de mais nada vale apontarmos para os parâmetros discursivos usados para caracterizar o problema. Para os militares, se trataria de uma “Guerra Revolucionária”, no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional. Para os militantes, da construção de uma revolução socialista? Quais os problemas aí colocados? Na fala dos militantes percebemos uma dubiedade: ora se referem à revolução e ora à existência de uma “guerra”. Mas permanece a dúvida: guerra contra a ditadura ou “guerra revolucionária? Muitos seriam os caminhos e problemas nessas definições, e no caso do grupo estudado, podemos elencar dois como os principais problemas: a distância entre teoria e prática; as difíceis escolhas entre foquismo e ação de massas. Os dois temas estão relacionados, já que a teoria do foquismo estava presente, sobretudo em Lamarca, mas nas resoluções da VPR havia sempre uma tendência à ação de massas. De alguma forma parece que a Organização buscava uma síntese entre essas duas posturas, entendendo suas ações como um momento da Guerra, sendo em primeiro lugar a criação do foco, e em segundo a ação de massas. Na prática isso não ocorreu e levou a desentendimentos com os teóricos dos grupos.

Parece haver consenso entre os militantes de que estavam fazendo uma revolução, mas isso colocava problemas de difícil problematização e sem solução, expressos por Espinosa, um dos dirigentes dos princípios da VPR, dessa forma:

Antes mesmo de ser batizada, a organização se dividia entre ‘a turma do blá-blá-blá’ e a ‘turma do banguê-banguê’ – segundo definição da própria turma do banguê-banguê. Os adeptos da primeira, liderados por Onofre [Pinto] e João Quartim [de Moraes], foram à praia do Peruíbe participar do I Congresso da

organização Diógenes, adepto da segunda opção, critica abertamente o outro grupo na noite em que Onofre e Quartim discutiam nomes e rumos do grupo, ele comandava um ataque de expropriação numa loja de artigos de caça e pesca situada no bairro da Lapa, a casa de Armas Diana. Num desabafo a Espinosa, Diógenes revelou seu rancor. Eu vou mandar essa arma de presente ao Onofre. Companheiros, enquanto vocês estão na praia, só no bla-blá-blá, nós estávamos arrecadando armas pra revolução. Fazer programa não é problema. Se um dia a gente precisar de um programa de partido é só fazer um banco e encomendar a bons professores da USP! ⁵

No seu livro de memórias, Diógenes não se refere a essa suposta mágoa, apenas dá mais detalhes sobre as armas que conseguiram naquele assalto, basicamente armas de caça e também um “Smith & Wesson prateado, cano longo, que foi dado ao Lamarca”.⁶ De qualquer forma, o embate entre “mais ação” e menos teoria” estava colocado desde sempre, foi inclusive um dos motivos da saída dos ex-militantes da POLOP. Certamente, a herança da esquerda, inclusive a comunista, trazia o espectro da experiência revolucionária como um horizonte. O abandono do combate pelo Partido Comunista Brasileiro, em si, necessariamente implicaria no abandono de uma perspectiva revolucionária? Não necessariamente, se ele entendesse que sua luta não deveria se dar na defensiva de um golpe, e sim em condições de avanço das proposições revolucionárias, sendo que na posição de Diógenes reitera várias vezes que a VPR “nunca foi comunista, havia comunistas como eu, mas muitos companheiros não eram”⁷. Mas o fato é que politicamente essa decisão defensiva teve implicações imensas, levando ao desmantelamento de inúmeros espaços de militância, muitos dos quais iriam acabar se desvinculando do Partido. É nesse contexto que podemos entender o surgimento de grupos que se colocavam esses problemas: resistir a uma ditadura ou construir um projeto revolucionário? Em efeito, a questão era muito anterior. A Polop já se colocava diante dele, indicando o problema do nacionalismo como nodal, na medida em que havia sido também o elo de ligação entre comunistas e populistas.

Jacob Gorender, outra referência com relação ao tema da luta armada no Brasil, em sua obra *Combates nas trevas*, dedica poucas linhas à VPR, que aparece como um movimento responsável pelas greves de Osasco. Pouco mais é dito sobre a organização.

⁵ SOLNIK, A. O cofre do Adhemar. A iniciação política de Dilma Rousseff e outros segredos da luta armada. SP, Jaboticaba, 2011, p. 61.

⁶ FUKUDA, H. DIÓGENES. O Guerrilheiro. Ousar lutar, ousar vencer. Porto Alegre, Evangraf, Palmarinca, 2014. P. 80.

⁷ Idem, p. 95.

Ressalte-se, Gorender, um militante, se colocando o trabalho de escrever como historiador essa história. Deve ser, portanto, com cuidados que seu texto seja usado, como fonte de consultas e dúvidas, não como história reiterativa. O quadro pré-1964 traçado por ele é bastante restrito. Se por um lado analisa as disputas internas no PC, apontando para o nacionalismo como ponto de inflexão do reformismo burguês, parece fazer isso por dentro do partido. Já quando busca as influências trotskistas, desfere julgamentos contra a POLOP, sumariamente definida como trotskista, “incapaz de elaborar uma alternativa viável”, vista como uma sistemática aplicação de obreirismo, desvinculados da realidade.

Também seria através do trotskismo que ele viria o crescimento do MNR. O POR(T) Partido Operário Trotskista buscava constituir a Frente de Mobilização Popular (FMP), “enquanto os militantes trotskistas se aproximavam do brizolismo e tentavam penetrar nas camadas médias”. Mas, na sua avaliação, o POR(T) se mostrou incapaz de superar a estreiteza obreirista do trotskismo e de se expressar com habilidade na política concreta. Derivou para uma extremação de posições, que o deixavam afastado do movimento de massas”.

Esta é, portanto, a visão de Gorender, e que não consta como uma posição política, mas como a própria realidade. Ele é enfático em apontar erros da Polop quanto à construção da luta: “o distanciamento entre realidade e retórica chega a extremos naquelas correntes cujo desajuste tático as mantém marginalizadas dos movimentos de massas”, citava, nesse sentido, um texto de Moniz Bandeira, onde ele afirmava que “o dever das vanguardas era o de preparar as massas para o levante armado, para a insurreição e a tomada do poder”. A realidade do contexto dos anos 1960 entretanto nos faz questionar sobre as efetivas possibilidades de realização desse programa de ação.

Embates como este seriam marcantes na história da VPR, e podem ser visualizados na leitura das “Teses de Jamil”, tido como o “intelectual do grupo”, embora tenha participado de várias ações armadas, foi preso e torturado, inclusive por sua dirigente Maria do Carmo Brito.

Marcelo Ridenti em seu estudo sobre a “Revolução Brasileira”, aponta a VPR como um exemplo típico de antiteoricismo, que segundo ele estaria presente também na ALN, uma espécie de reação ao PCB e à POLOP que teriam levado os mesmos ao “imobilismo político. Por sua vez, a teoria deveria surgir na luta, “jamais em ‘discussões de gabinete’, supostamente descoladas da realidade”. E completa:

Como exemplo típico, a VPR quase não produziu documentos em seus dois primeiros anos de existência, quando se notabilizou por ser um dos grupos armados mais ativos. Só em princípio de 1970, quando a organização foi reconstituída como cisão da VAR-Palmares, é que a VPR publicou uma série de escritos do militante Jamil, que refletiam a posição teórica do grupo. Mesmo assim, a direção da VPR, que assina a Introdução aos textos, quase pede desculpas por apresentar uma teoria, esclarecendo que ela é fruto de quase dois anos de luta armada, jamais de discussões abstratas, desligadas da experiência revolucionária (p. XXI. No corpo do trabalho, Jamil ressalta que a prática armada desenvolvera-se a tal ponto que não haveria o perigo de a teoria ser pretexto para a inação política, cabendo recuperar seu papel no processo revolucionário (1970, p.10-11)

Ridenti completa dizendo que “os grupos guerrilheiros urbanos em geral, organizam-se, com algumas variantes, em setores de trabalho urbano de massas, de preparação da guerrilha rural e de ‘logística’, responsável, esta última, pelas principais ações armadas”. Na prática, contudo, essa divisão parece que pouco funcionava, já que as prisões e constantes mobilidade à qual os militantes eram obrigados, fazia com que eles não pudessem guardar esses “setores”. A organização da guerrilha rural, entretanto, não poderia ocorrer senão nas zonas rurais. Para isso eram deslocados militantes para reconhecimento de área, ou enviados a Cuba para treinamento. Por obra da insistência de Lamarca, a VPR cria sua própria área de treinamento no Brasil. Mas experimentos de treinos militares já haviam sido feitos em território nacional pelo Primeiro MR-8 e mesmo pelos membros da VAR-Palmares que iniciaram a criação de um Campo Tático em Nova Aurora, no Paraná. Mas em todas essas experiências, a relação entre a zona urbana e a zona rural não era, de nenhuma forma resolvida. Ademais, os conflitos oriundos das dúvidas entre foquismo e trabalho de massas permaneceriam e desmobilizariam lutas concretas.

Em uma nota de rodapé de sua obra sobre “a revolução brasileira” que “faltou ao encontro”, Daniel Aarão Reis Filho enuncia quais seriam as obras de formação lidas pelos revolucionários de então. Segundo ele, “a formação política dos comunistas baseava-se, em geral, nas obras seguintes: Marx & Engels: Obras Escolhidas, Revl. Ed. Vitória; Lenin. Obras escolhidas, 3vl. Ed. Progresso, Moscou; Mao Tsé-tung: obras escolhidas, 4 vl. E Escritos militares, Pequim, além de Debray, 1969 e Guevara, 1967”.⁸

Seria interessante contrapormos essa lista com os materiais marxistas apreendidos pela repressão, tentando ter uma visão mais ampla de quais eram de fato as possibilidades

⁸ REIS FILHO, Daniel. A revolução faltou ao encontro, os comunistas no Brasil. SP, Brasiliense, 1990, p. 76.

de leitura da militância daquela época. Na obra que reúne documentos das organizações, organizada pelo autor, alguns documentos são citados, reforçando o papel vanguardista da VPR.⁹ O certo é que os militantes da VPR tinham a prática da leitura.¹⁰ Pelo menos aqueles advindos do MR8 carregavam livros e materiais diversos de leituras mesmo sendo perseguidos pela polícia, como no caso daqueles presos pela polícia em Cascavel, PR, em 1969 “carregando livros”, como cita Aluizio Palmar¹¹. O grupo conseguiu a partir de várias estratégias preservar partes importantes de sua documentação e biblioteca, o que mostra o apreço pelo debate teórico.

Reis Filho atribui à VPR a prática de “desvio de reboquismo às orientações internacionais”. Segundo ele “a raiz de seus erros estava no fato de que haviam desprezado o estudo das particularidades da revolução brasileira em proveito do estudo teorístico e dogmático de textos, já incapazes de responder aos desafios atuais. Assim percebemos que a VPR é considerada “pouco teórica” ou até mesmo avessa à teoria por Ridenti. Por Reis Filho é considerada engessada a uma teoria desarticulada da realidade que seria a da “revolução brasileira”. Ambos citam textos do teórico da organização, Jamil (Ladislao Dowbor). O autor se dedica ao problema da relação com as “orientações internacionalistas” na VPR. Mas não o faz buscando a prática desses textos na ação do grupo. Segundo ele, a VPR fazia “uma ‘aplicação criadora dos princípios marxistas-leninistas às condições latino-americanas e brasileiras”. (Reis Filho, 1989). Eles se colocariam como os detentores do “verdadeiro leninismo” ao fazer uma apropriação peculiar de Marx, Lenin, Debray e Guevara. Nas palavras do historiador “a síntese guerrilha-partido exprimiria o acasalamento entre Lenin e Guevara. O exército popular, sendo o destacamento mais avançado da luta de massas, seu ‘núcleo organizador’ era apresentado como o ‘embrião do novo Partido’ marxista-leninista”. Mas é preciso insistir que essas posições apontadas por Reis Filho se encontravam nos documentos produzidos por um líder intelectual do grupo, e essas posições não são consensuais entre eles (Quartim). Não é o mesmo militante que militou no interior do país ou mesmo na clandestinidade fora do país pensando estratégias de luta. A VPR tinha vínculos claros com outros grupos nacionalistas, criando redes que seriam usadas por seus membros em Moçambique e Angola, em uma rede que passando por Portugal encontrava acolhida com

⁹ REIS FO. Daniel e SÁ, Jair Ferreira. Orgs. *Imagens da Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. SP, Expressão Popular, 2006.

¹⁰ Prova cabal disso está na manutenção quase integral do acervo da Polop que atualmente se encontra organizado e disponível na Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS.

¹¹ Aluizio Palmar. Depoimento à autora, 2013.

Miguel Arraes. Todos esses grupos em conflito da luta se encontrariam em distintos momentos de clandestinidade em Montevideu e Buenos Aires. Esses elementos precisam ser levados em conta para que possamos produzir uma visão mais abrangente da prática de luta desses grupos.

Voltando, às Teses de Jamil, as mesmas foram estudadas no trabalho de Fabio Chagas. Ele situa o contexto da discussão. A VPR havia realizado um congresso em dezembro de 1968. Com o racha (relacionado à fusão com Colina e criação da VAR-Palmares) ocorrido em agosto, em novembro de 1969, eles realizam novo congresso no Rio de Janeiro, para discutir as Teses. Perceba-se que nessa “nova VPR”, quadros importantes do Colina ficaram com VPR, especialmente Maria do Carmo Brito e Juarez Brito. Chagas cita entrevista realizada com Dowbor (Jamil), na qual ele diz que “a gente definiu um programa mais amplo, justiça social, democratização, distribuição de renda, eixos e não socialismo para isso e aquilo. Definimos pela busca de uma articulação mais ampla com diversos setores”. Ou seja, era uma busca de ampliar o debate teórico, mas também de se aproximar à sociedade, numa perspectiva de partido revolucionário. Segundo Chagas,

A VPR definiu como modelo da sua estrutura organizacional uma vanguarda operacional e militarizada. Postulava a formação de pequenos grupos de ação com autonomia que fossem capazes de levar adiante ações de guerrilha nos seus campos de atuação.

Ele cita ainda o documento produzido em 1970 “O caminho da Vanguarda”, no qual seria apresentada a teoria revolucionária da VPR. Percebe-se uma forte influência de autores trazidos das leituras da Polop: Andre Gunder Frank, Frantz Fanon, e as leituras dos brasileiros Octavio Ianni e Celso Furtado, chegando à conclusão de que o país estava sob jugo imperialista, e que “seria impensável um projeto revolucionário que considerasse a participação da burguesia nacional”.

O tema da luta armada precisa voltar à pauta da discussão. Muito do que se reproduz sobre essa temática é fruto dos “textos fundadores” sem questionar as versões construídas pelos autores. A literatura revisionista avança sobre a falta de auto-crítica que os militantes viveram. Os grupos se dissolveram e não fizeram revisão, não rediscutiram, alguns sequer fizeram seus “quedogramas”, não sabem quem entregou quem nem em que circunstâncias. Por isso, seguem fieis ao programa de suas organizações dos anos 1960, sem conseguir fazer um aprofundamento histórico de sua ação e dos problemas que estavam envolvidos. Na época, a falta de comunicação, as regras de segurança e a

clandestinidade não foram palco para a auto-crítica. Assim, a visão que acaba prevalecendo é a da historiografia revisionista, em que pese os inúmeros relatos biográficos e auto-biográficos que apontam para posições bem mais matizadas que, sem abandonar a perspectiva revolucionária, e apontar seus limites datados, conseguem perceber problemas nas ações do passado.